

**ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO  
ESCOLA MARECHAL CASTELLO BRANCO**

Maj Inf **JOSÉ EDUARDO GONÇALVES DE SOUZA**

**O emprego de ferramentas de TIC no processo de  
alistamento militar obrigatório no âmbito do Exército  
Brasileiro**



Rio de Janeiro  
2023

Maj Inf **JOSÉ EDUARDO GONÇALVES DE SOUZA**

**O emprego das ferramentas de TIC no processo de alistamento militar obrigatório no âmbito do Exército Brasileiro**

Projeto de pesquisa apresentado à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, como pré-requisito para a matrícula no Programa de Pós-graduação *latu sensu* em Ciências Militares, com ênfase em Defesa.

Orientador: Maj Cav Miguel Medeiros Viana

Rio de Janeiro  
2023

S729i Souza, José Eduardo Gonçalves de.

O Emprego das Ferramentas de Tecnologia da Informação e Comunicações no Serviço Militar Obrigatório no âmbito do Exército Brasileiro.

49 f. : il. ; 30 cm.

Orientação: Miguel Viana.

Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ciências Militares)— Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2023.

Bibliografia: f. 42-49

1. Serviço Militar Obrigatório 2. Tecnologia da Informação e Comunicações 3. Exército Brasileiro I. Título.

CDD 355.4

Maj Inf **JOSÉ EDUARDO GONÇALVES DE SOUZA**

**O emprego das ferramentas de TIC no processo de alistamento militar obrigatório no âmbito do Exército Brasileiro**

Projeto de pesquisa apresentado à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, como pré-requisito para a matrícula no Programa de Pós-graduação *latu sensu* em Ciências Militares, com ênfase em Defesa.

Aprovado em \_\_\_\_\_.

COMISSÃO AVALIADORA

---

MIGUEL MEDEIROS VIANA – Maj Cav - Presidente  
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

---

JAIRO LUIZ FREMDLING FARIAS JUNIOR – Maj Inf - Membro  
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

---

DAN MILLI PEREIRA – Maj Eng- Membro  
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

A minha esposa Taise e ao meus filho Miguel.  
Uma sincera homenagem pelo carinho e  
compreensão demonstrados durante a  
realização deste trabalho.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus por todas as oportunidades e conquistas alcançadas, pelos ensinamentos que a escola da vida nos proporciona na lida diária.

Ao meu orientador, Maj Miguel Viana, pela paciência, confiança, camaradagem e precisão nos apontamentos dados em cada etapa deste trabalho.

Aos meus pais Joaquim e Elisa, por todo amor, carinho e educação dedicados a minha formação pessoal.

## LISTA DE ABREVIATURAS

Asp Of R/2	Aspirante-a-oficial da Reserva não remunerada
Ap Geral	Apoio Geral
Ap Jur	Apoio Jurídico, Demissão e Oficial de Carreira
BLD	Base Logística de Defesa
CBM	Corpo de Bombeiros Militares
CD Ciber	Centro de Defesa Cibernética
CET	Cabo Especialista Temporário
CFOR	Curso de Formação de Oficiais da Reserva
Com Soc	Comunicação Social
CORE	Corpo de Oficiais da Reserva
CPOR	Centro de Preparação de Oficiais da Reserva
CS	Comissão de Seleção
CSPFA	Comissão de Seleção Permanente das Forças Armadas
DN	Distrito Naval
DSM	Diretoria do Serviço Militar
EAS	Estágio de Adaptação ao Serviço
EB	Exército Brasileiro
END	Estratégia Nacional de Defesa
EMCFA	Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas
ESIM	Escola de Instrução Militar
EV	Efetivo Variável
EXAR	Exercício de Apresentação da Reserva
FEB	Força Expedicionária Brasileira
F Ter	Força Terrestre
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICOB	Instituto de Capacitação Olavo Bilac
JSM	Junta do Serviço Militar
MD	Ministério da Defesa
MFDV	Médico, Farmacêutico, Dentista e veterinário
NPOR	Núcleo de Preparação de Oficiais da Reserva
OCT	Oficial Combatente Temporário

OEE	Objetivos Estratégicos do Exército
OFOR	Órgãos de Formação de Oficiais da Reserva
OIT	Oficial de Intendência Temporário
Of R/2	Oficial da Reserva 2ª classe
OM	Organização Militar
OTT	Oficial Técnico Temporário
PEEx	Plano Estratégico do Exército
PM	Polícia Militar
PND	Política Nacional de Defesa
PRM	Posto de Recrutamento Militar
SAT	Seção de Apoio Técnico
SCMT	Seção de Controle de Militares Temporários
SCO	Seção de Controle Orçamentário
SCT	Sargento Combatente Temporário
Seç Mob	Seção Mobilizadora
SEREP	Serviço de Recrutamento e Preparo de Pessoal
SERMIL	Software de gestão do Serviço Militar
SISMOBWEB	Sistema de Mobilização da Rede de Computadores
SSIEX	Seção de Identificação
SSMIMOB	Serviço Militar Inicial e Mobilização de Pessoal
SSMR	Seção do Serviço Militar Regional
STT	Sargento Técnico Temporário
TG	Tiro de Guerra
TIC	Tecnologia da Informação e Comunicações
VUCA	Vulnerável, Incerto, Complexo e Ambíguo





## RESUMO

Este trabalho teve como objetivo apresentar o emprego de tecnologias de informação e comunicações (TIC) no Serviço Militar Obrigatório no âmbito do Exército Brasileiro. Para tanto foram explorados aspectos Serviço Militar Obrigatório no Brasil; a forma como o Exército Brasileiro realiza a gestão desse processo; os principais dispositivos legais que norteiam essa atividade; as principais ferramentas de TIC usadas no processo estudado. A pesquisa foi realizada por meio da consulta a artigos publicados, manuais, documentos internos, relatórios, sítios oficiais do Governo Federal e do Exército Brasileiro, além de outros trabalhos acadêmicos relacionados ao assunto. A análise dos resultados obtidos no site da Diretoria do Serviço Militar, do Departamento de Gestão de Pessoal evidencia o atendimento as diretrizes referentes à mobilização de pessoal no âmbito da Força. Este estudo ganha relevância ao alinhar-se com as diretrizes estabelecidas na Política e Estratégia Nacional de Defesa, e ainda com as ordens do Comandante da Força Terrestre.

**Palavras-chave: Serviço Militar Obrigatório, Exército Brasileiro, Tecnologia da Informação e Comunicações.**

## **ABSTRACT**

This work aimed to present the use of Information and Communication Technologies (ICT) in the Compulsory Military Service within the Brazilian Army context. To achieve this, various aspects were explored: Compulsory Military Service in Brazil, how the Brazilian Army manage this process, the main legal frameworks guiding this activity, and the primary ICT tools used in the studied process. The research was conducted by consulting published articles, manuals, internal documents, reports, official websites of the Federal Government and the Brazilian Army, as well as other academic works related to the subject. The analysis of the results obtained on the website of the Directorate of Military Service, Department of Personnel Management, demonstrates compliance with the guidelines regarding personnel mobilization within the Force. This study gains relevance by aligning itself with the guidelines established in the National Defense Policy and Strategy, as well as with the orders of the Commander of the Land Force.

**Keywords:** Compulsory Military Service, Brazilian Army, Information Technology, and Communications.

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>9</b>
<b>2. METODOLOGIA .....</b>	<b>11</b>
<b>3. O SERVIÇO MILITAR BRASILEIRO .....</b>	
3.1 A ORIGEM DO SERVIÇO MILITAR NO BRASIL .....	
3.2 A ATUAÇÃO DOS JOVENS TURCOS .....	
3.3 A FORÇA EXPEDICIONÁRIA BRASILEIRA .....	
3.4 O SERVIÇO MILITAR DURANTE OS GOVERNOS MILITARES .....	
3.5 A ESTRUTURA DO SERVIÇO MILITAR BRASILEIRO.....	
3.7 A DIRETORIA DO SERVIÇO MILITAR .....	
<b>4. O EMPREGO DAS FERRAMENTAS DE TIC NO SERVIÇO MILITAR OBRIGATÓRIO.....</b>	<b>12</b>
<b>5. RESULTADOS E DISCUSSÃO .....</b>	
<b>6. CONCLUSÃO .....</b>	
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>42</b>

## 1. INTRODUÇÃO

O processo de mobilização de recursos humanos é um assunto de grande interesse na Política de Defesa de um país, o qual permite que as nações defendam seus interesses no complexo tabuleiro geopolítico mundial. O Brasil, como nação continental, detentora de um território de cerca de 8,5 milhões de km<sup>2</sup> possui um grande desafio para a organizar a mobilização de sua população, a qual atualmente é composta por cerca de 220 milhões de habitantes.

O Manual da Mobilização Militar trata sobre as funções logísticas, conceituando seu significado:

2.5.1 As atividades logísticas empregadas na previsão e provisão dos recursos e meios necessários à realização de ações estratégicas estão distribuídas em cada uma das funções logísticas.

2.5.2 Uma determinada função logística é a reunião, sob uma única designação, de um conjunto de atividades logísticas afins, correlatas ou de mesma natureza. (BRASIL, 2023)

Aborda, ainda, a conceituação da função logística de recursos humanos, campo que engloba este trabalho. Segundo o Manual de Mobilização MD 41-M-02, no item 2.5.6 Função Logística Recursos Humanos Militar (pág. 17), conceituado como o conjunto de atividades relacionadas com o gerenciamento do pessoal. A lei nº 4.375, de 17 de Agosto de 1964, que regula o serviço militar no Brasil estabelece a base legal que ampara o processo de execução do alistamento no país. A estruturação do Serviço Militar Obrigatório no Brasil é fruto de estudos referentes à capacidade militar de uma nação, refletindo na concretização da solução do problema de mobilização que remonta a criação do país.

Art 1º O Serviço Militar consiste no exercício de atividades específicas desempenhadas nas Forças Armadas - Exército, Marinha e Aeronáutica - e compreenderá, na mobilização, todos os encargos relacionados com a defesa nacional. (BRASIL, 1964).

O Serviço Militar simboliza não somente um dever do indivíduo para com seu país mas, também, um exemplo de exercício de cidadania. Neste aspecto, o reconhecimento dessa necessidade por parte da população refere-se ao próprio

sentimento de pertencimento nacional. Na concepção da Política de Defesa nacional brasileira a mobilização é destacada como uma de seus pressupostos, a promoção da participação da mobilização nacional em prol da Defesa Nacional. Alinhado com a Política e Estratégia Nacional de Defesa, a Força Terrestre desenvolveu o Plano Estratégico do Exército (PEEx), com o Objetivo Estratégico de Contribuir com a Dissuasão Extrarregional, cuja ação estratégica de Aperfeiçoamento do Sistema de Mobilização, reforça a importância do assunto.

Ainda pode-se verificar na Política de Mobilização Nacional (PMN), a importância do emprego de novas tecnologias com vistas a aperfeiçoar o processo de mobilização, evidenciada no inciso II do Artigo 5º, o qual prescreve a promoção da pesquisa e do desenvolvimento das tecnologias relevantes para a mobilização nacional o que corrobora com a ênfase que é dada ao assunto. Em consonância com a PMN, o presente trabalho atende a um importante Objetivo Estratégico do Exército no caso a Contribuição com a Dissuasão Extrarregional. Para atingir este objetivo estratégico são adotadas algumas estratégias, dentre as quais se destaca a Ampliação da Mobilidade e Elasticidade da Força.

A devida importância do Serviço Militar Obrigatório faz-se presente na estratégia que trata sobre o aperfeiçoamento do sistema de mobilização, por meio da atividade que se refere à contribuição com o Ministério da Defesa no aperfeiçoamento dos sistemas de mobilização de recursos humanos e logísticos (2020-2023). Desse modo, desenvolvendo a capacidade militar terrestre de superioridade no enfrentamento dos óbices.

A evolução do sistema de mobilização permitiu a adoção de novas ferramentas que pudessem otimizar as tarefas executadas, bem como atualizar a comunicação com o público alvo dos processos, no caso, o próprio povo brasileiro. Deste modo, foram adotadas diversas Tecnologias de Informação e Comunicações que permanecem sendo implementadas de acordo com a necessidade.

Este trabalho irá discorrer sobre o emprego das ferramentas de Tecnologia da Informação e Comunicações (TIC) no processo de Alistamento Militar Obrigatório no Exército Brasileiro. Para isso, será explicado o processo de Alistamento Militar Obrigatório atualmente adotado pelo Brasil, bem como as ferramentas de Tecnologia da Informação adotadas para a execução do processo. Será verificada a

eficácia do Sistema adotado, bem como uma comparação com dados anteriores para que seja realizada uma análise da evolução do processo.

Esta pesquisa será realizada por meio da análise dos dados obtida por meio de consulta no site da Diretoria do Serviço Militar, procurando verificar os resultados da pesquisa qualitativa das informações levantadas.

## **2. METODOLOGIA**

Esse trabalho procurou fazer uma abordagem qualitativa dos resultados das informações obtidas junto à Diretoria do Serviço Militar. A natureza da pesquisa foi do tipo aplicada, pois os dados apresentados servirão de subsídio para estudos futuros que fazem referência às atividades referentes ao serviço militar no âmbito do Exército Brasileiro.

Nesse contexto, quanto ao objetivo, este estudo foi de caráter descritivo, pois descreveu os principais processos realizados pela Diretoria do Serviço Militar, bem como pelas Organizações militares envolvidas no Processo de Alistamento militar obrigatório no Brasil.

No que tange aos procedimentos de pesquisa, o trabalho foi realizado com base em bibliografias, documentos e relatórios, que embasaram a realização do Alistamento militar obrigatório no Brasil.

Este estudo realizou o levantamento de dados por meio de pesquisa bibliográfica de literatura (livros, trabalhos acadêmicos, jornais, revistas e redes eletrônicas), além de documentos internos produzidos pelo Exército Brasileiro e pela Diretoria de Serviço Militar. As consultas foram baseadas nas principais fontes de pesquisa de trabalhos acadêmicos, como as plataformas digitais do Google Acadêmico, Scielo, Biblioteca Digital do Exército e EB Revistas.

O tratamento dos dados foi realizado por meio da análise dos resultados obtidos junto ao site da Diretoria do Serviço Militar, agrupados pelo ano da realização do Serviço Militar Obrigatório naquele período. Tendo se assim a possibilidade de relacionar efetividade do processo de alistamento de acordo com a implementação do uso de Ferramentas de Tecnologia de Informação e Comunicações no processo.

O método foi limitado pelas pesquisas referentes ao espaço geográfico do território nacional tendo em vista realizar a análise do processo realizado pelo

Exército Brasileiro em termos gerais. O estudo limitou-se ainda, aos dados obtidos junto à Diretoria do Serviço Militar, os quais foram acessados por meio de consulta ao site da própria DSM.

O trabalho foi pautado sobre a pesquisa bibliográfica dos estudos referentes ao serviço militar obrigatório, durante os séculos XX e XXI no Brasil, permitindo analisar o desempenho das OM face a implementação de diferentes Ferramentas de TIC no últimos anos do referido processo.

### **3. O SERVIÇO MILITAR OBRIGATÓRIO NO BRASIL**

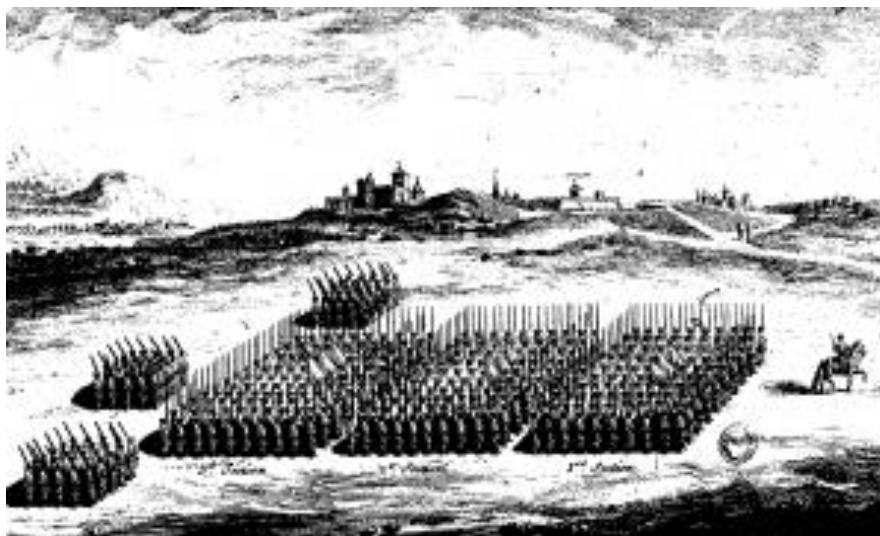
#### **3.1 A ORIGEM DO SERVIÇO MILITAR OBRIGATÓRIO NO BRASIL**

A mobilização nacional é uma preocupação que surgiu nos primórdios do Estado Nacional Brasileiro, até mesmo no período colonial por meio das Companhias de Ordenanças.

Em 1574, a “Provisão sobre as Ordenanças”, segundo alguns autores, assinalou o início da regulamentação sobre a prestação do Serviço Militar, pois todo o cidadão, entre 14 e 60 anos, era obrigado a servir nas Companhias de Ordenanças. (BRASIL, 2023)

As companhias de ordenanças tiveram sua fundação no ano de 1570, no dia 10 de dezembro. Tais formações compunham a expressão militar do Reino português e também em suas colônias. Sua composição era de efetivos de habitantes locais, os quais deveriam prover a segurança dentro dos territórios que habitavam.

*Figura 1 - Desenho da formação em coluna proposta pelo estrategista militar e escritor francês Jean-Charles, cavaleiro de Folard, em prancha da Enciclopédia iluminista de Diderot e d’Alembert, publicada em Paris de 1751 a 1772*



Disponível em <http://mapa.an.gov.br/index.php/dicionario-periodo-colonial/157-companhia-das-ordenancas> em 20 de maio de 2023

Logo após a independência, o serviço militar foi regulamentado na primeira constituição imperial, reforçando a importância do tema para a defesa do território nacional. Nessa ocasião, o recém criado Império do Brasil estabelecia seus primeiros passos como nação independente, demonstrando uma grande preocupação com a Defesa Nacional. Vale ressaltar que o país permaneceria com seu regime monárquico, contrastando com as Repúblicas que se formavam nos países oriundos das ex-colônias espanholas. Além disso, o processo de definição das fronteiras ainda estava em andamento, cabendo aos países garantir a posse do território herdado de duas metrópoles.

Assim, a Constituição de 1824, em seu Artigo 145, evidenciava as preocupações do governo imperial delegando aos cidadãos brasileiros o dever de compor os efetivos das : “Todos os brasileiros são obrigados a pegar em armas para sustentar a independência, a integridade do Império e defendê-lo de seus inimigos.” Desse modo, a mobilização dos Recursos Humanos eram evidenciados como fator determinante para a consolidação da nação brasileira.

Contudo, a institucionalização de um Serviço Militar Obrigatório viria a se concretizar somente em 1916, quando foi regulamentado pelo Marechal Hermes da Fonseca. Conforme o Decreto nº 11.615, conhecido como "Lei de Serviço Militar". Esse regulamento estabeleceu que todo cidadão brasileiro do sexo masculino deveria prestar serviço militar obrigatório a partir dos 21 anos de idade, por um período de dois anos. O serviço militar poderia ser adiado em alguns casos, como



para estudantes universitários, e também havia a possibilidade de se alistar voluntariamente.

Cabe ressaltar que a Lei de Serviço Militar ainda está em vigor no Brasil, embora tenha sido modificada ao longo do tempo. A sistematização do recrutamento finalizou a vigência de um alistamento compulsório e carente de regulamentação.

### 3.2 A ATUAÇÃO DOS JOVENS TURCOS

O processo de consolidação do Serviço Militar no Brasil ocorreu somente após as ações do grupo conhecido como “Jovens turcos”. Eram cerca de 21 oficiais de baixa patente (capitães e tenentes) do Exército que haviam estagiado na Alemanha, e propuseram uma série de mudanças no Exército Brasileiro. Esses militares encamparam a Campanha de estabelecimento do Serviço Militar Obrigatório, servindo-se de um importante instrumento de persuasão: a revista “A Defesa Nacional”. Essa revista visava a publicação de artigos de análise da conjuntura interna e externa, bem como a tradução de manuais militares alemães e, ainda, críticas à gestão dos assuntos militares no período.

Figura 2 – Oficiais brasileiros conhecidos por “Jovens turcos”



Disponível em <<https://jundiagora.com.br/os-jovens-turcos/>> em 15 maio de 2023

O Movimento dos “Jovens Turcos” precedeu o Tenentismo e inspirou notáveis rebeliões militares, como a Revolta do Forte de Copacabana (1922) e a Revolução de 1924, sendo precursora da Coluna Miguel Costa-Prestes, que percorreu o interior

do Brasil, vindo a estabelecer-se em sua fase final na Bolívia, sem obter êxito na luta armada. Alguns de seus líderes posteriormente compuseram importantes lideranças da esquerda brasileira no século XX.

O nome também encontra inspiração nos acontecimentos ocorridos na Turquia. Naquele país, o movimento liderado por Kemal Ataturk, ministro da Defesa do Império Otomano, impôs o fim daquela forma de governo, instaurando-se uma República nacionalista. Ataturk assume como presidente, estabelecendo um estado laico, além de adotar práticas ocidentais como o Direito Civil e o alfabeto latino. Outras medidas foram a emancipação da mulher e a alfabetização em massa. Durante esse período a economia turca cresceu de forma acentuada, reforçando o êxito do movimento.

Dentre os assuntos defendidos pelo grupo conhecido por “jovens turcos” estava a luta pela implementação do Serviço Militar Obrigatório. Segundo esses jovens oficiais, esse objetivo somente se concretizaria por uma ação conjunta na qual a sociedade civil deveria atuar em diapasão com os militares. Assim, foi iniciada uma Campanha Nacional pró-Serviço Militar. Deste modo, realizou-se a criação da Liga de Defesa Nacional em 1916, organização composta por intelectuais e políticos brasileiros, entre eles o escritor Olavo Bilac,

O trabalho do futuro Patrono do Serviço Militar Brasileiro foi essencial para o reconhecimento nacional da necessidade dessa ferramenta no ideário nacional. Poeta, nacionalista e jornalista, Olavo Braz Martins de Guimarães Bilac atuou na criação do senso cívico e na divulgação dos valores de cidadania e devoção à Pátria, na República ainda insipiente no Brasil. Como forma de homenagear seus feitos, a sua data natalícia, 16 de dezembro, foi escolhida como Dia do Reservista, em 1988.

A Liga de Defesa Nacional tinha como objetivo principal mobilizar a sociedade civil em defesa da soberania nacional e da integridade territorial do Brasil. Essa organização atuou na divulgação do Serviço Militar Obrigatório e do civismo por meio de palestras, cartilhas para o ensino primário, e o livro “Porque me ufano do meu país”. Deste modo, defendeu que o Serviço Militar era fundamental para fornecer uma “ideia de Pátria” à juventude.

### 3.3 A FORÇA EXPEDICIONÁRIA BRASILEIRA (FEB)

A FEB foi uma Força militar terrestre composta por 25834 militares que lutaram na 2ª Guerra Mundial, em favor dos Aliados (Estados Unidos, França, União Soviética e Reino Unido) contra as potencias do Eixo (Alemanha, Japão e Itália). Sua atuação foi decisiva para a derrota das Forças Alemãs na Linha Gótica no Teatro de Operações da Itália. Nesse contexto a FEB venceu importantes batalhas como Monte Castelo e Montese.

Figura 3 – Tropa da Força Expedicionária Brasileira durante Formatura Militar na Itália



Disponível em <<https://super.abril.com.br/coluna/oraculo/por-que-os-soldados-brasileiros-enviados-para-a-2-guerra-mundial-eram-chamados-de-pracinhas>> em 12 de Maio de 2023

Naquele período, o as Forças Armadas Brasileiras como um todo, estava mal estruturada. Faziam-se necessárias medidas que dirimissem o atraso tecnológico e até mesmo doutrinário de um país agrário que se propunha a lançar-se em uma guerra moderna e sem precedentes para o país. Segundo Faria (2015, pg. 238):

O Exército Brasileiro contava com um efetivo aproximado de 60 mil homens, sua organização, instrução e doutrina e emprego obedeciam aos

regulamentos de característica francesa. Os armamentos e equipamentos, na sua grande maioria de procedência estrangeira, eram antiquados e em número insuficiente para atenderem às novas exigências.

O processo de mobilização mostrou-se ineficaz, pelas dificuldades em acionar a população nas regiões mais distantes da capital, fator que levou a predominância de recrutados na região sudeste. O estado de higidez da população também era precário, levando os médicos à aprovarem pessoas com baixa capacidade física. O grau de instrução também era um óbice, refletindo a situação geral da população. Tal fator dificultava que se encontrassem militares que cumprissem as missões mais especializadas e que exigiam maior grau de instrução.

Apesar das dificuldades, o efetivo foi completado, empregando-se a promoção em até dois postos acima para os militares mais capacitados. A FEB teve um primeira composição de 25.000 homens, distribuídos nas Organizações militares que compunham a 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária.

Para o embarque e o envio da tropa, a Força Expedicionária foi dividida em quatro escalões. O 1º escalão, composto pelo 6º RI, com efetivo de 5.075 homens, embarcou para a Itália no navio General Mann, no dia 2 de julho de 1944; o 2º escalão, que embarcou no dia 22 de setembro de 1944 nos navios General Mann e General Meighs, era composto pelo 1º RI e pelo 11º RI, com efetivo de 10.375 homens; o 3º escalão embarcou no dia 23 de novembro de 1944, no General Meighs, com efetivo de 4.691 homens; e o 4º escalão, completando a nossa 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária, embarcou no dia 8 de fevereiro de 1945, também no General Meighs, com efetivo de 5.082 homens. Estes escalões demoravam 14 dias para chegarem a Nápoles, na Itália, de onde seguiam para as áreas de treinamento nas frentes de batalha. Os dois navios, Meighs e Mann eram dos norte-americanos, que não tiveram condições de nos apoiar com uma frota maior, o que acarretou atraso do embarque e no envio das tropas brasileiras ao *front* europeu. (CASTRO, 2023)

### 3.4 O SERVIÇO MILITAR DURANTE OS GOVERNOS MILITARES

Não houveram grandes modificações na regulamentação do Serviço Militar Obrigatório, durante os Governos Militares. Após o regime militar, (1964-1985) o

Congresso Nacional não sofreu grandes influências que buscassem o fim da compulsoriedade do Serviço Militar Obrigatório. Já em 1988, durante a Assembléia Nacional Constituinte, vigoraram as sugestões fornecidas pelas Forças Armadas. Neste momento, foi incluída na legislação a excusa de consciência, regulamentada posteriormente pelas Forças Armadas e ainda hoje pouco conhecida em termos gerais pelo público alvo ao qual se referencia, no caso os jovens conscritos. Segue o texto referente à excusa de consciencia:

Art. 143. Às pessoas que, em tempo de paz, após alistadas, alegarem imperativo de consciência, entendendo por tal o decorrente de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, para se eximirem de qualquer dever que, em caso contrário, lhes competiria no serviço militar, será assegurado o direito de requererem sua exclusão do serviço militar, devendo apresentar, para esse efeito, petição assinada, firmada por procurador ou por intermédio de representante legal, instruída com os documentos comprobatórios de sua alegação, até trinta dias após terem sido notificados para a incorporação. (BRASIL, 1988)

Cabe destacar que o Livro “Forças Armadas para quê?” de autoria de Oliveiros S. Ferreira, busca uma explicação para as mudanças implementadas no Serviço Militar Obrigatório. A obra trata-se de uma análise crítica da atuação das Forças Armadas brasileiras ao longo da história do país, com ênfase no período dos governos militares, os quais duraram de 1964 a 1985, apresentando as Forças Armadas como o “Partido Fardado”, fato que caracteriza o envolvimento político dessas instituições nas decisões referentes aos rumos do país, durante sua recente História.

A obra aborda questões como o papel das Forças Armadas na defesa do país, a relação entre os militares e a sociedade civil, o uso das Forças Armadas para a manutenção da ordem interna e a violação dos direitos humanos durante a ditadura militar. Os autores defendem a ideia de que as Forças Armadas devem atuar de forma subordinada ao poder civil e respeitando os direitos humanos e as liberdades democráticas. Na obra os autores afirmam que as Forças Armadas são consideradas como o “partido fardado”, por serem organizadas, terem um projeto de nação, e por influenciarem várias vezes nos destinos do Brasil. O pensamento evidencia a coesão da instituição e reforça que as mudanças implementadas nas

Forças Armadas, pelo menos recentemente, provém mais das iniciativas internas do que das externas.

Figura 4 – Marechal Castello Branco passando em revista a tropa durante a presidência



Disponível em <<http://memorialdademocracia.com.br/card/lei-de-seguranca>> em 27 de Abril de 2023

Nesse escopo, as Forças Armadas, com destaque para o Exército, atuam no sentido de manter uma proximidade com a Sociedade civil, o que é feito por meio do Serviço Militar Obrigatório, de forma mais eficaz e notória. Por outro lado, surge em diversos setores a discussão sobre a necessidade de obrigatoriedade do Serviço militar nos dias atuais, levantando-se a possibilidade de um Serviço voluntariado, ou mesmo, misto, além de tentativas de implementar o Serviço Militar Civil.

### 3.5 A ESTRUTURA DO SERVIÇO MILITAR

Atualmente, a administração do Serviço Militar Obrigatório no âmbito do Exército, cabe ao Departamento de Gestão de Pessoal (DGP), o qual realiza essa administração por meio da Diretoria de Serviço Militar. Como órgão de apoio técnico-normativo, a DSM encarrega-se de dirigir, orientar, coordenar e controlar as atividades ligadas ao Serviço Militar, atuando por meio de suas OM

subordinadas em todo o território nacional. Cabe à DSM ainda a importante missão de mobilização dos recursos humanos, contribuindo para a prontidão da Força Terrestre.

No que se refere às Forças Armadas, a Chefia de Logística do Ministério da Defesa gerencia a mobilização dos recursos humanos por meio da Subchefia de Mobilização e Logística do Estado Maior Conjunto das Forças Armadas.

A DSM possui 12 (doze) Seções de Serviço Militar Regional (SSMR), as quais constituem órgãos regionais de planejamento, coordenação, execução e fiscalização do serviço. As SSMR são encarregadas das atividades de serviço militar em suas áreas administrativas, em ligação com os Distritos Navais (DN), Serviços de Recrutamento e Preparo de Pessoal (SEREP), Polícias Militares (PM) e Corpos de Bombeiros Militares (CBM). A SSMR poderá ser consultada quando as demandas dos cidadãos não puderem ser atendidas por problemas de ordem técnica nas suas respectivas Seções de Serviço Militar das Regiões Militares.

A DSM coordena as atividades de 63 (sessenta e três) Postos de Recrutamento e Mobilização (PRM). Esses órgãos regionais de execução e fiscalização do serviço militar e mobilização tem a incumbência de coordenar as atividades das Juntas de Serviço Militar (JSM) e das Seções Mobilizadoras (Seç Mob) existentes em sua área de atuação. Na impossibilidade das demandas dos cidadãos não serem solucionadas pelas JSM ou Seç Mob, os 63 (sessenta e três) PRM poderão ser contatados.

Um forte movimento de normatização ocorreu no início do século XX, fruto de questões inadiáveis que aceleraram as medidas e procedimentos referentes ao processo de alistamento, como por exemplo, as influências militares oriundas da Europa. Desse modo, foram adotadas rotinas até então realizadas de maneira empírica.

No ano de 1908, o Serviço Militar tornou-se obrigatório, por força de lei. Tal conquista só foi possível pela ação de diversos setores e personalidades da jovem República brasileira. Destaca-se nesse período a campanha cívica

empreendida por Olavo Bilac, o qual engajou-se pessoal e decisivamente na Defesa dos Valores nacionalistas e cívicos.

A legislação de 1908 adotava o sorteio militar para definir como era realizado o, cuja inauguração ocorreu em 1916. Após 1945, o sistema de sorteio foi substituído pelo recrutamento na forma de convocação geral por classe. Esse sistema persiste até os dias atuais.

Figura 5 – Realização de sorteio para o recrutamento militar



Disponível em <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Lei do Sorteio#/media/Ficheiro:Sorteio\\_militar\\_2.jpg](https://pt.wikipedia.org/wiki/Lei_do_Sorteio#/media/Ficheiro:Sorteio_militar_2.jpg)> em 10 de Abril de 2023

A estrutura do Serviço Militar, descentralizada e com capilaridade compatível com as dimensões continentais do país. Estabelece seus órgãos em todo o território brasileiro. Seu embasamento encontra amparo em uma legislação abrangente, levando-se em conta as peculiaridades históricas nacionais do povo brasileiro.

Destaca-se a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 143, a qual estabelece que o Serviço Militar é obrigatório, nos termos da lei. O principal instrumento legal, nesse sentido, é a Lei do Serviço Militar (Lei Nº 4.375, de 17 de Agosto de 1964) e seu Regulamento (Dec Nº 57.654, de 20 de Janeiro de 1966). Tais regulamentos estabelecem as normas, os procedimentos, os direitos e os



deveres de todos os cidadãos brasileiros, direcionando o processo de gestão do Serviço Militar Obrigatório no país.

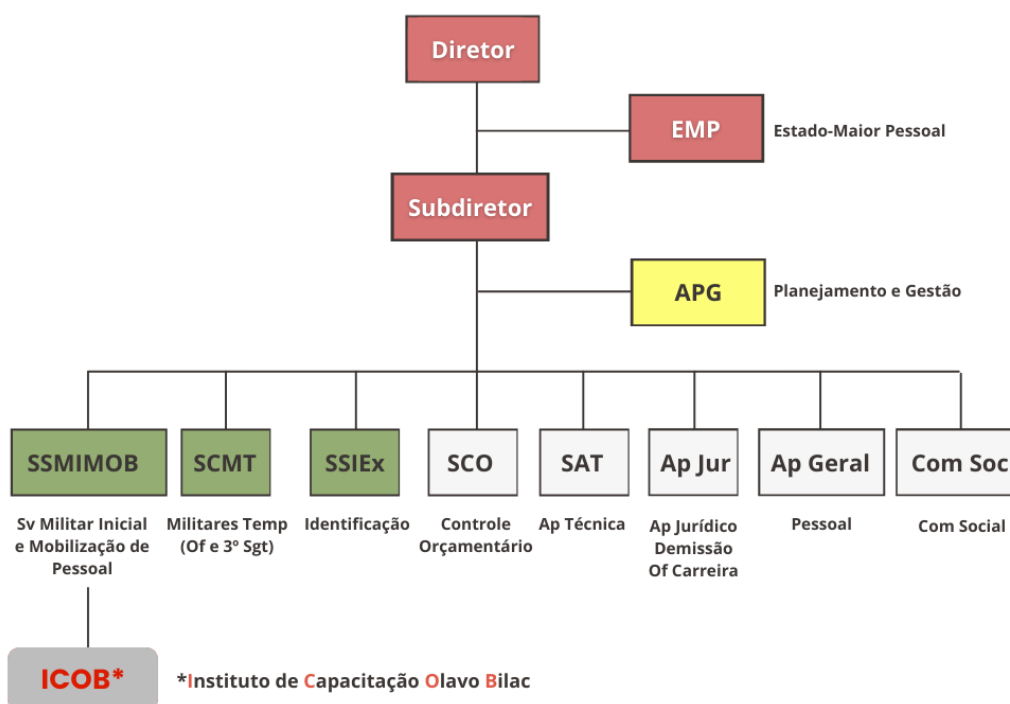
### 3.6 A DIRETORIA DO SERVIÇO MILITAR

Conforme consta nos regulamentos do Exército Brasileiro sobre o funcionamento da Diretoria de Serviço Militar, esse importante órgão executa ações vitais para a gestão de pessoal do Exército, bem como atua como elemento essencial no processo do Serviço militar inicial, conforme se verifica no trecho a seguir:

Sua missão é planejar, orientar, coordenar e avaliar as atividades relacionadas ao Serviço Militar Inicial, à Mobilização de Pessoal, ao Controle de Militares Temporários, à Identificação do Exército e também realizar a Demissão de Oficiais de carreira. (BRASIL, 2023)

A DSM é chefiada por um Diretor. O atual Diretor de Serviço Militar é o General de Brigada Antônio **Bispo** de Oliveira Filho, nomeado desde 17 de Março de 2023. Esse Diretor é assessorado pelo seu Estado Maior de Pessoal. Seguindo a Cadeia de Comando encontra-se o subdiretor além de uma Assessoria de Planejamento e Gestão. Por fim, encontram-se as Seções da Diretoria, compostas pela SCMT (Militares temporários, Oficiais e 3º Sargentos), SSIEX (Identificação), SCO (Controle Orçamentário), SAT (Apoio Técnico), Ap Jur (Apoio Jurídico, Demissão e Oficiais de Carreira), Ap Geral (Pessoal) e Com Soc (Comunicação Social) e o SSMIMOB (Serviço Militar Inicial e Mobilização de Pessoal). Essa última Seção coordena os trabalhos do Instituto de Capacitação Olavo Bilac (ICOB). Conforme se verifica a seguir:

Figura 6 – Organograma da Diretoria do Serviço Militar

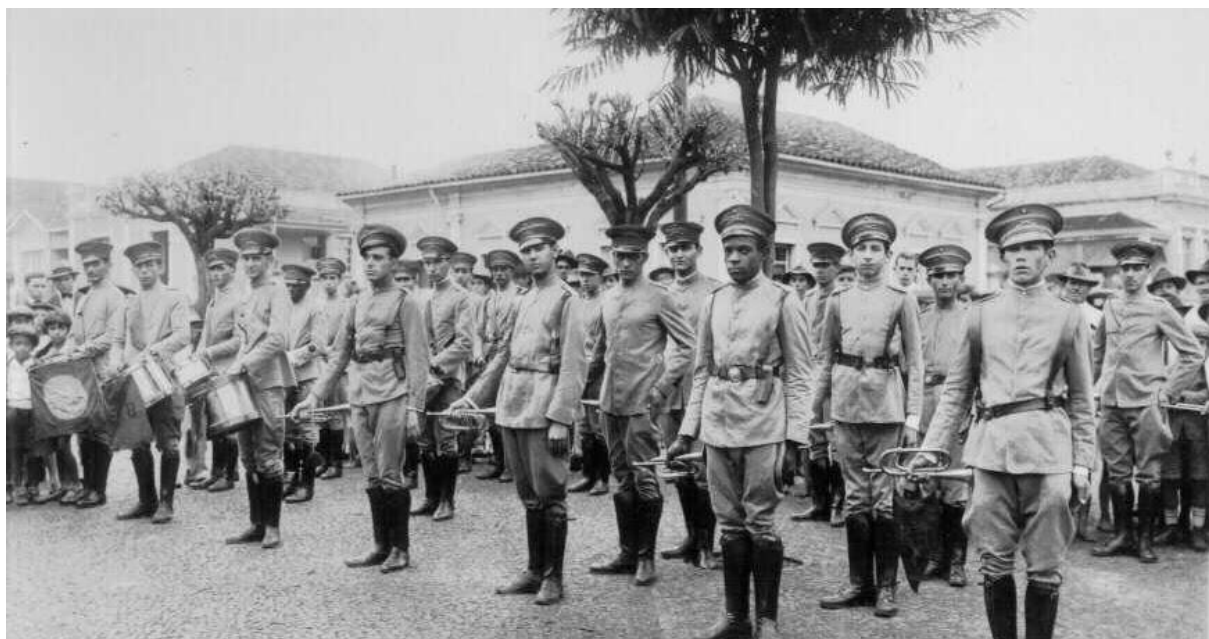


Disponível em <<http://dsm.dgp.eb.mil.br/index.php/pt/historico-da-dsm>> em 25 de maio de 2023

A DSM tem sua origem na Confederação do Tiro Brasileiro, criada pelo Decreto 1503, de 05 de setembro de 1906, durante o governo de Rodrigues Alves.

Desse modo, eram ministradas as instruções de Tiro aos integrantes das sociedades, cuja criação seria submetida a aprovação do Estado Maior do Exército. Ademais, era garantido aos cidadãos brasileiros o exercício pleno de sua cidadania, bem como que esses brasileiros cumprissem suas obrigações militares.

Figura 7 – Tropa do Tiro de Guerra de Araraquara do início do século XX



Disponível em <https://www.araraquara24horas.com.br/2017/08/tiro-de-guerra-de-araraquara-completa.html> em 28 de maio de 2023

As características do mundo atual são marcadas pela Volatilidade, Incerteza, Complexidade e Ambiguidade, as quais descrevem as mudanças ocorridas pós Guerra Fria presenciadas na Guerra do Golfo. O acrônimo VUCA, proposto pelo *Army War College* dos Estados Unidos, formado pelas iniciais das características do ambiente operacional moderno sintetizam esse ambiente de difícil compreensão. A preparação dos jovens no conhecimento das armas é uma tarefa essencial para a sobrevivência da nação, cuja gestão e importante missão é frentada na Força Terrestre do país pela DSM.

#### 4. O EMPREGO DAS FERRAMENTAS DE TIC NO SERVIÇO MILITAR OBRIGATÓRIO

As Tecnologias da Informação e Comunicações estão cada vez mais presentes nos processos realizados em todas as instituições, sejam elas privadas ou públicas. Porém, é necessário esclarecer que não se restringe aos aspectos técnicos e materiais, se estendendo por uma gama de campos que envolvem seus profissionais, as organizações que os empregam e ainda os processos que as envolvem.

O conceito de Tecnologia da Informação é mais abrangente do que os de processamento de dados, sistemas de informação, engenharia de software, informática ou o conjunto de hardware e software, pois também envolve aspectos humanos, administrativos e organizacionais (KEEN, 1993).

Em alguns casos a Tecnologia da Informação e os Sistemas de Informação são considerados de forma distinta, tal como afirma ALTER (1992), desse modo limita sob uma análise mais superficial as características técnicas. Por outro lado, os Sistemas se referem a aspectos de fluxo de trabalho, pessoas e informações envolvidas. Porém, na visão de outros autores, como HENDERSON & VENKATRAMAN (1993), o termo tecnologia da informação pode abranger ambos os aspectos citados.

Nesse sentido, procurou-se explorar o conceito de Tecnologia de Informação e Comunicações de forma mais abrangente. Foram abordados os sistemas de informação, o uso de hardware e software, telecomunicações, automação, recursos multimídia, empregados pelos Sistemas usados para fornecer dados, informações e conhecimento (LUFTMAN et al., 1993; WEIL, 1992), especificamente no processo de alistamento durante a execução do serviço militar obrigatório.

No Exército Brasileiro, a Diretoria responsável pela Gestão do Alistamento Militar Obrigatório é a Diretoria do Serviço Militar (DSM). Para realização do processo de Alistamento Militar Obrigatório a DSM possui uma estrutura que

coordena o trabalho das Comissões de Seleção, Comissões de Seleção Especial Juntas de Serviço Militar e demais órgãos responsáveis pelas diversas fases envolvidas.

O processo de recrutamento brasileiro para prestação do Serviço Militar Inicial obrigatório é precedido pela convocação e compreende 5 (cinco) fases distintas e sucessivas, o alistamento, a seleção geral, a designação, a seleção complementar e a incorporação. Cada fase possui suas peculiaridades nas quais os meios de Tecnologia da Informação se fazem presentes sob diversas formas, otimizando cada uma delas.

#### 4.1 1ª Fase – Alistamento

Após a convocação e apresentação do jovem que completa 18 anos no ano corrente é realizado o alistamento. Normalmente o período dessa fase transcorre de 1º de janeiro a 30 de junho, no qual o jovem acessa o site [alistamento.eb.mil.br](http://alistamento.eb.mil.br) ou comparece na Junta de Serviço Militar mais próxima de do local onde o conscrito reside. Nos últimos anos, o uso de ferramentas de TIC nesta fase aumentou de forma expressiva. Para os brasileiros nessa faixa etária, do sexo masculino e que residem no exterior, o alistamento é realizado nos Consulados ou as Embaixadas do Brasil, nos respectivos países de residência. Deste modo, observa-se o grande emprego de meios de informática os quais operacionalizam a atuação do SERMIL, software responsável por centralizar os alistamentos dos jovens brasileiros. A capilarização do processo contribui para que um número maior de jovens realizem o seu alistamento e permaneçam em dia com seus deveres relativos ao Serviço Militar.

#### 4.2 2ª Fase - Seleção Geral

Finalizado o alistamento do grupamento previsto formado pelos jovens nascidos no Brasil que completam 18 anos no ano corrente, segue-se a fase de Seleção Geral. Trata-se do estabelecimento de prioridades para quem prestará o serviço militar, visto que o número de vagas ser menor do que o efetivo previsto para servir. O processo seletivo é realizado de março a novembro nas Comissões de Seleção Permanente das Forças Armadas (CSPFA) ou de agosto

a novembro nas Comissões de Seleção das Forças Armadas (CSPFA) ou Comissões de Seleção (CS) exclusivas da Marinha, Exército ou Aeronáutica. Nesta fase, os jovens que se apresentam na seleção geral realizam exames médicos, testes de aptidão e entrevistas, estabelecendo-se critérios para a determinação das prioridades e dispensas do serviço militar por excesso de contingente. Nesta fase, o processo continua sendo gerido pelo SERMIL, o que permite que o jovem tenha acesso a evolução de sua situação no processo seletivo, como por exemplo se ele foi dispensado ou se deve continuar participando das demais fases.

O acompanhamento do processo seletivo ocorre por meio do acesso do conscrito ao site [alistamento.eb.mil.br](http://alistamento.eb.mil.br), o qual se integra ao SERMIL. Deste modo, o conscrito toma conhecimento da data para o comparecimento à Comissão de Seleção e o local de apresentação mediante consulta ao site.

#### 4.3 3ª Fase –Designação

Finalizada a fase de seleção geral os conscritos são distribuídos para as diversas organizações militares, sejam elas da Marinha do Brasil, do Exército Brasileiro ou da Força Aérea Brasileira, dando continuidade ao processo de alistamento. Destaca-se que essa fase ocorre mediante o preenchimento dos dados referentes aos jovens pelos operadores do SERMIL. Desse modo, os jovens tomam conhecimento dos quartéis nos quais deverão se apresentar, atividade bastante otimizada pelo aumento do acesso da população à internet, principalmente por meio de telefones celulares o que contribui para que os jovens finalizem o processo mais rapidamente.

#### 4.4 4ª Fase -Seleção Complementar

A fase de seleção complementar ocorre após a designação. Nessa fase, o jovem se apresenta na Organização Militar designada, a fim de realizar novos exames e entrevistas para que, dentro de suas aptidões pessoais e dos critérios

estabelecidos, sejam escolhidos para prestar o Serviço Militar Inicial Obrigatório. Durante a realização dessas atividades podem ser utilizadas ferramentas mais tradicionais de TIC como por exemplo computadores e outros meios. Ao final do processo as informações dos jovens são atualizadas no SERMIL, permitindo que o jovem tome conhecimento se sua situação no processo seletivo.

#### 4.5 5ª Fase – Incorporação

A incorporação é a fase final do processo de alistamento. Nessa etapa, o jovem é realizada a incorporação ou seja a inclusão deste em uma Organização Militar da Ativa das Forças Armadas. Os primeiros dias destinam-se a familiarizar o recruta com a rotina e as práticas comuns ao ambiente militar.

Nesse período, o jovem inicia a prática controlada de atividades físicas, por meio da realização do Treinamento Físico Militar. Adquire noções de hierarquia, disciplina e civismo, adquiridas nas instruções militares previstas nos planos disciplinares. Procura-se também habituar o jovem aos horários e, sobretudo, são trabalhados os atributos inerentes ao militar, tal como o espírito de camaradagem, essencial ao trabalho em equipe, típico da vida nos quartéis.

No decorrer do ano, prosseguem as atividades exercidas pelas Forças Armadas na prestação do Serviço Militar Inicial Obrigatório. O Serviço Militar temporário possui duração de 12 (doze) meses, porém, em caráter voluntário, o jovem pode prorrogá-lo por mais 12 (doze) meses, sucessivamente, até um limite máximo total de 96 (noventa e seis) meses, incluído o tempo do Serviço Militar Inicial Obrigatório, se for o caso.

Nos casos em que a prestação do Serviço militar for obrigatória, a permanência mínima será de 12 (doze) meses e, para os demais casos, quando o militar permanece de maneira voluntária, o período mínimo de Serviço Militar será de 6 (seis) meses.

Os militares convocados como voluntários computarão o tempo de Serviço Militar anterior, inclusive do Serviço Militar Inicial Obrigatório.

A direção normativa do Serviço Militar Temporário cabe à Diretoria de Serviço Militar (DSM), órgão subordinado ao Departamento Geral do Pessoal do Exército (DGP). Essa diretoria tem por finalidade organizar o Serviço Militar no Exército, realizando essa tarefa da seguinte forma:

a) Serviço Militar Inicial Obrigatório (Combatente);

O Serviço Militar Inicial Obrigatório é de natureza combatente e ocorre todos os anos, continuamente. Durante o ano de instrução, o militar passa por um ciclo de instrução progressivo e ininterrupto desde a instrução básica, passando pela qualificação, até o adestramento. Nesta última fase, ocupa o cargo ou função para o qual foi qualificado e, em seguida, é licenciado do serviço ativo, passando a integrar a Reserva do Exército. (BRASIL, 2023)

O ingresso do jovem no Serviço Militar Obrigatório é realizado por meio da incorporação ou matrícula, nas Organizações Militares do Exército, dos homens convocados para o alistamento militar. A convocação ocorre automaticamente para o jovem que completa 18 anos e, posteriormente, o seu alistamento no Sistema de Serviço Militar será obrigatório para que possa concorrer à seleção. Terminada a fase de seleção do jovem poderá servir como soldados do Efetivo Variável (EV), nas Organizações Militares das Forças Armadas, alunos dos Órgãos de Formação dos Oficiais da Reserva (OFOR), nos CPOR ou NPOR, atiradores de Tiros de Guerra (TG), nos Tiros de Guerra, ou alunos das Escolas de Instrução Militar (ESIM) em Estabelecimentos de Ensino Civis.

Há casos específicos em que o jovem permanece como civil e presta o serviço militar, em um processo paralelo ao serviço Militar Obrigatório. Um destes processos é como atiradores dos Tiros de Guerra, neste caso, eles permanecem como civis instruídos militarmente durante a prestação do Serviço Militar Inicial Obrigatório nos Tiros de Guerra. Eles não são incorporados em Organizações Militares e sim matriculados nestes Órgãos de Formação da Reserva que são mantidos pelas prefeituras dos municípios, mediante acordo com o Comando do Exército.



Os Alunos das Escolas de Instrução Militar constituem em outra exceção. Eles permanecem como civis que prestam o Serviço Militar Inicial no Estabelecimento de Ensino civil específicos no qual estudam sem que tenham ingressado nas Forças Armadas, ao mesmo tempo em que conclui o ensino médio ou superior, conforme o caso e de acordo com o convênio firmado com o Exército.

O Serviço Militar Inicial Obrigatório para MFDV (Medicina, Farmácia, Odontologia e Veterinária) se aplica aos estudantes desses cursos, os quais prestam o Serviço Militar Inicial Obrigatório de 12 meses, após a conclusão da sua graduação, nos termos da Lei 5292 de 8 de junho de 1967.

Os MFDV prestam o Serviço Militar Obrigatório, após sua convocação como Aspirantes a Oficial, o que ocorre posteriormente à conclusão da sua graduação, momento no qual são submetidos a um Estágio de Adaptação ao Serviço (EAS) habilitando-os à promoção a Oficial do Serviço de Saúde do Exército.

A duração do Serviço Militar Obrigatório para MFDV é de 12 (doze) meses, podendo ser dilatado por mais 6 (seis) meses, por interesse do Exército

Outra situação é o Serviço Militar Voluntário Temporário para Militares Combatentes. Esses militares provêm do Serviço Militar Inicial Obrigatório, de forma especificamente, os quais após 12 meses, solicitam a prorrogação do tempo de Serviço.

O Oficial temporário poderá alcançar o posto máximo de 1º Tenente, conforme a legislação atual, e sua permanência máxima no Serviço militar temporário é de 96 meses. Os Oficiais Combatentes serão designados Oficiais Combatentes ou Intendentes Temporários (OCT/OIT) oriundos dos CPOR e NPOR.

As praças poderão alcançar a graduação de 3º Sargentos Combatentes Temporários (SCT), observadas as condições estabelecidas nos Regulamentos do Exército.

Outra situação é o Serviço Militar para Oficiais de Saúde Temporários Voluntários. A prestação voluntária do Serviço Militar para Oficiais de Saúde Temporários que forem Voluntários decorrerá da prorrogação do tempo de serviço dos militares do sexo masculino oriundos do Serviço Militar Obrigatório.

O ingresso também pode transcorrer diretamente em caráter voluntário, no qual candidatos de ambos os gêneros, masculino ou feminino, são convocados em processos seletivos simplificados.

A praça temporária pode ingressar e permanecer como 3º Sargento Técnico Temporário (STT) ou Cabo Especialista Temporário (CET). Nesse caso, a duração do serviço militar Técnico será de 12 meses mas, é possível prorrogar por mais 12 (doze) meses, em caráter voluntário, sucessivamente, até o limite máximo de 96 (noventa e seis) meses, incluído o tempo do Serviço Militar Inicial Obrigatório, de for o caso.

O Serviço Militar para Oficiais Superiores Temporários Voluntários pode ocorrer para completar cargos específicos. O militar que ingressa como Oficial Superior Temporário incorpora e permanece no posto de Major. O Serviço Militar para Oficiais Superiores Temporários ainda não está implantado no Exército, mas possui previsão legal na Lei do Serviço Militar.

Os militares de carreira ingressam em uma carreira das Forças Armadas cumprindo com suas obrigações com o Serviço Militar. A situação Militar será “Militar de Carreira da Ativa, da Reserva Remunerada ou Reformado” conforme cada caso estabelecido no Estatuto dos Militares.

O Oficial R/2 convocado e o Corpo de Oficiais da Reserva (CORE), especialmente, é um militar considerado Oficial da Reserva da 2ª Classe (R/2) que foi convocado.

O Oficial Temporário Combatente, após ter concluído o Curso de Formação de Oficiais da Reserva (CFOR), ingressa automaticamente no CORE como Aspirante a Oficial da Reserva não remunerada (Asp Of R/2) e pode ser convocado até completar 24 anos de idade.

Já os Oficiais de Saúde Temporários (Médicos, Farmacêuticos, Dentistas e Veterinários-MFDV) e os Técnicos Temporários (OTT) são convocados diretamente da reserva, e incorporados como Asp Of da Ativa, em função da sua formação em nível superior e só ingressarão no CORE após serem licenciados.

A declaração ao oficialato é obtida pelo Aspirante a oficial (Combatente, de Saúde ou Técnico) após convocação especificamente para ser submetido a um Estágio que o habilitará à promoção a oficial. Por isso, é comum o tratamento dos Oficiais Temporários como Oficiais R/2 [convocados].

Outra situação é a Reserva. Trata-se da condição na qual o militar permanece após seu licenciamento do serviço ativo. O militar temporário passará a integrar a reserva não remunerada do Exército nos termos da Lei 2.552 de 3 de agosto de 1955 e estarão sujeitos à mobilização até completar 45 (quarenta e cinco) anos.

As praças, no momento em que ingressam na reserva, serão integrantes da reserva da 1ª categoria, se houver recebido a Instrução Básica ou da 2ª categoria, se houver recebido a instrução de qualificação de acordo com o Art 35 da Lei nº 4.375 de 17 de agosto de 1964, Lei do Serviço Militar. O Atirador dos TG ao ser licenciado será integrante da reserva da 2ª categoria.

Durante os 5 (cinco) anos seguintes ao licenciamento, todos os Oficiais e Praças da Reserva não remunerada devem realizar o Exercício de Apresentação da Reserva (EXAR). É o período em que o cidadão fica na “disponibilidade”.

Por ocasião da realização do processo seletivo para o Serviço Militar Obrigatório, as ferramentas de Tecnologia de Informação e Comunicações se fazem cada vez mais presentes, tornando-se ferramentas primordiais para o aperfeiçoamento do processo de alistamento militar obrigatório.

Nesse sentido, a estrutura do Sistema de Alistamento Militar Obrigatório tem se tornado cada vez mais avançada na utilização dos recursos

de TIC, principalmente por meio dos sites e softwares que gerenciam e otimizam o processo.

Da análise do Processo de Alistamento Militar Obrigatório verifica-se que as Ferramentas de TIC utilizadas destacam-se os sistemas de informações e gerenciamento: O uso de sistemas de informações é comum em todas as esferas do exército, permitindo a coleta, análise e distribuição de dados essenciais para a tomada de decisões. Isso inclui sistemas de gerenciamento de recursos humanos, logística, inteligência, entre outros. O principal desses sistemas é o SERMIL, por meio do qual ocorre o acesso do conscrito ao processo de alistamento. Dessa forma, o processo inicial se encontra informatizado e disponível no próprio site do Exército, bem como em outros meios de mídia digital como o Aplicativo do Exército Brasileiro.

O Exército detém ainda outras tecnologias que podem contribuir direta ou indiretamente no processo de alistamento militar obrigatório, estabelecendo ligações com locais remotos e permitindo a coordenação entre os órgãos na ausência da conexão de internet, por exemplo. Essas tecnologias militares possuem emprego dual na maioria das vezes podendo ser usadas tanto para emprego bélico como para otimizar os serviços da sociedade de maneira geral. Ou mesmo contribuir para que os processos realizados pelo Exército Brasileiro sejam otimizados.

Nesse sentido, ocorrem comunicações por rádio. As forças militares geralmente utilizam comunicações por rádio para estabelecer conexões entre as unidades, enviar informações de inteligência e coordenar operações. Os rádios militares são projetados para serem seguros, confiáveis e capazes de operar em ambientes desafiadores.

Atualmente, ainda podem ser empregadas as diversas aplicações móveis. Nesse sentido ocorreu um expressivo aumento do uso de smartphones e tablets, assim as forças militares têm aproveitado o potencial desses dispositivos para facilitar o acesso dos jovens por meio de aplicativos que podem ser instalados nesses aparelhos. O Aplicativo Exército Brasileiro, cuja

aba Serviço militar permite o encaminhamento para o alistamento é o software usado pelos jovens para esse fim.

Outro aspecto importante são os sistemas de segurança e criptografia: A segurança das comunicações é de extrema importância para as forças militares. Desse modo, a criptografia de dados e sistemas de segurança avançados são usados para garantir que as informações sensíveis permaneçam protegidas e inacessíveis a pessoas não autorizadas. Nesse aspecto o Exército Brasileiro encabeça o Projeto Estratégico de Defesa Cibernética, reforçando seu posicionamento nesse campo imprescindível no contexto atual. Os conhecimentos adquiridos no Projeto são aplicados nos diversos Sistemas do Exército criando ambientes seguros para lidar com informações pessoais administradas, tais como as controladas no processo de alistamento.

Outro aspecto que corrobora com a preocupação do Exército com a Segurança Cibernética é reforçado pelo Projeto Estratégico de Defesa Cibernética. Esse setor possui importância estratégica para a Defesa Nacional. Assim, o Setor Cibernético foi introduzido no âmbito da Força Terrestre, possuindo o Centro de Defesa Cibernética (CDCiber) como órgão de coordenação e integração dos esforços dos vetores relacionados para esse campo de atuação.

Ressalta-se que o Setor Cibernético engloba diversos aspectos na atualidade, especificamente no Processo de Alistamento militar Obrigatório, face a privacidade das informações pessoais dos jovens envolvidos no processo. Para isso, empregam-se modernos meios tecnológicos, redes de computadores e de comunicações destinadas ao trânsito de informações. Desta forma, seja no atendimento das necessidades individuais das pessoas, seja dando suporte para as organizações diversas, inclusive aquelas dedicadas a setores estratégicos do País, como a Defesa Nacional, a Cibernética é um campo de atuação vasto e complexo, e sua segurança implica na segurança das pessoas e da própria Nação.

Para adequar-se com as necessidades de um mundo em constante evolução, o Governo Brasileiro estabeleceu, em dezembro de 2008, a Estratégia Nacional de Defesa (END), colocando-se o Setor Cibernético como um dos três setores de importância estratégica para a Defesa do País. Em prosseguimento à implementação das diretrizes estabelecidas pela END, conforme determinação do Ministério da Defesa, o Exército Brasileiro (EB), em 2009, deu os primeiros passos no desenvolvimento do Projeto de Defesa do Setor Cibernético no âmbito da Força Terrestre.

Quando da criação do Projeto de Defesa Cibernética, evidenciou-se a importância de que sua gestão fosse feita por um órgão que fosse encarregado de exercer a governança, de forma colaborativa, entre os vetores naturalmente vocacionados para compor a defesa no campo cibernético. Desse modo, foi criado em 2010, o Centro de Defesa Cibernética (CDCiber). As principais atividades relacionadas a este novo órgão são coordenar e integrar os esforços dos vetores da Defesa Cibernética. A necessidade de capacitação do pessoal tornou-se uma necessidade premente, permitindo a atuação neste segmento tão específico. Foi dado início ao processo de capacitação de recursos humanos, entre outras importantes atividades, possibilitando o domínio de temas multidisciplinares. Destinou-se grande esforço no desenvolvimento de doutrina de proteção dos próprios ativos, além do aumento da capacidade de atuar em rede, na implementação da pesquisa científica relacionada ao Setor Cibernético e na indução da capacidade tecnológica nacional.

Salienta-se a existência de produtos como sistemas de segurança da informação, programas de detecção de intrusão, hardware para a composição de laboratórios e simuladores de Defesa e Guerra Cibernética, bem como de estímulo ao desenvolvimento e criação de software nacional, como antivírus, a realização de seminários e programas de treinamento especializado exemplificam as medidas tomadas para identificar e desenvolver as capacidades mencionadas.

Figura 8 – Logotipo Programa Estratégico Defesa Cibernética



Disponível em: <https://inovaexercito.eb.mil.br/index.php/cibernetica>. Acesso em 06set2023.

A extensão de missões e o amplo escopo de atividades, fez com que se identificasse a necessidade de reestruturar os seus projetos estratégicos, transformando alguns deles em programas, que buscariam consolidar os benefícios buscados, notadamente no ano de 2017. Desse modo, o Projeto de Defesa Cibernética foi transformado em Programa Estratégico do Exército, ressaltando o aumento da importância atribuída a este importante setor primordial para a Defesa e para o país de forma geral.

O Programa Estratégico de Defesa Cibernética possui atualmente seis projetos estruturantes, os quais objetivam a criação da capacidade cibernética no Exército. Organizações Militares ligadas ao setor, como o Instituto Militar de Engenharia, o Comando de Comunicações e Guerra Eletrônica do Exército, o Centro de Desenvolvimento de Sistemas do Exército, o Centro Integrado de Telemática do Exército, o Centro de Inteligência do Exército e o próprio Centro de Defesa Cibernética, conduzem a implementação desse programa. Desse modo, as demandas na área são atendidas e incrementam-se as capacidades diretamente para mais de 50 Organizações Militares ligadas especificamente à

área. Outro benefício é proporcionar a defesa para as redes operacionais e estratégicas que atendem todas as OM da Força Terrestre.

Outras ferramentas grandemente utilizadas e que se integram às demais são as redes e sistemas de computadores: As forças militares dependem de redes de computadores para interconectar suas unidades e compartilhar informações em tempo real. A segurança das redes de computadores é fundamental para evitar ataques cibernéticos e garantir a integridade das informações. Desse modo, o Exército Brasileiro faz uso de diversas plataformas como o site alistamento militar, ou mesmo as contas no Twitter, Instagram e Facebook. Os quais se destacam como uns dos principais meios de consulta na rede de computadores.

Os atuais desafios da Era da Informação moldam as ações das instituições tal como descreve Perry apud Antunes: Vivemos numa era comandada pela informação. Descobertas tecnológicas [...] estão alterando a face da guerra e a maneira como nos preparamos para enfrentá-la.

A Base Logística de Defesa (BLD), “agregado de capacitações, tecnológicas, materiais e humanas, necessário para desenvolver e sustentar a expressão militar do poder, mas também profundamente envolvido no desenvolvimento da capacidade e competitividade industrial do país como um todo”, procurar sanar as implicações tecnológicas à logística (Brick 2011, 6). Dado que a infraestrutura da BLD está centralizada na “capacidade educacional, científico-tecnológica e industrial, capaz de gerar inovações e suprir as demandas de recursos de toda ordem para o sistema de defesa” (Brick 2011, 7), por consequência, recai sob infraestrutura tecnológica os demais aparatos da logística, pois é em seus recursos que se desenvolve, melhora, mantém e se alimenta os demais sistemas (Kress 2002) e de maneira mais significativa, agindo na obtenção das tropas e equipamentos no lugar certo e na hora precisa (Fox 2008).

A relevância do uso das TICs na logística militar, mostra-se mais evidente quando as novas condições e dinâmicas se encontram cada vez mais presentes nas operações do século XXI: o aumento da complexidade e custos



de novas armas e seus sistemas; aumento de operações conjuntas (entre os elementos armados das nações e países aliados); aumento do papel militar em operações e assistência humanitária, bem como a desastres; manutenção e revisão de sistema de armas e sua defasagem; e, por último, porém não menos importante, os reajustes logísticos necessários à crescente demanda da guerra da informação (Yoho et al. 2013). Logo, o uso das TICs compreende a uma ferramenta fundamental em nível de planejamento e pensamento estratégico contemporâneo (Duarte 2012, 10, inter alia; Nunes 2000), pois é no século XXI que essa tecnologia encontra sua maior expressão como uma arma ofensiva do moderno campo de batalha e como uma arma de “ataque logístico” (Nunes 2000). Esta concepção fortalece a questão envolta sobre como a rapidez, tecnologia e economia afetam diretamente no sucesso ou não dos problemas e formulações, bem como das decisões a serem tomadas de forma a sanar os desafios que ainda prevalecem (Kress, 2002)

O uso das novas ferramentas de TIC desempenham um papel cada vez maior nas operações das organizações, o que resulta na necessidade de atualização dos entes públicos e privados quanto aos seus processos operacionais.

## 5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados obtidos com a implementação das ferramentas de TIC no processo de alistamento ao Serviço Militar Obrigatório caracterizam a integração dessas tecnologias no ambiente operacional, o qual gera benefícios significativos para o processo realizado no âmbito do Exército Brasileiro.

A utilização dos softwares, principalmente o SISMOBWEB, permitindo aos jovens a realização do alistamento sem precisar realizar a apresentação nas instalações físicas das juntas militares e demais órgãos envolvidos no processo de alistamento militar obrigatório contribui para a otimização das atividades realizadas na atividade.

O Aplicativo Exército Brasileiro, consiste em uma ferramenta de grande abrangência, aumentando a capilaridade do sistema visto o grande aumento da quantidade de celulares junto à população. Deste modo, atividades de maior complexidade, como a abrangência de todos os jovens que devem prestar o Serviço Militar Obrigatório são viabilizadas. As características intuitivas do aplicativo facilitam o uso do aplicativo, facilitando a realização do processo de Alistamento Militar Obrigatório e aumentando seu alcance.

Figura 9 – Tela aplicativo Exército Brasileiro



Fonte: Aplicativo Exército Brasileiro

Da mesma forma, o site <https://alistamento.eb.mil.br> contribui para a capilaridade do Sistema de Alistamento, abrangendo todo o território nacional. Esse aspecto evidencia que as ferramentas de TIC atuam de forma decisiva na otimização dos processos operacionais, adequando-os para as necessidades de um mundo cada vez mais informatizado.

Figura 10 – Tela Site Alistamento Militar do Exército Brasileiro



Disponível em < <https://alistamento.eb.mil.br> > em 20 de julho de 2023.

Por outro lado, salienta-se que a efetividade das ferramentas de TIC está fortemente relacionada a capacitação dos profissionais militares responsáveis pelo processo de alistamento militar obrigatório. Além disso, deve-se realizar um planejamento meticuloso do emprego dessas tecnologias. A gestão dos recursos humanos com vistas a obter um engajamento é fundamental para garantir que as TIC sejam integradas nos processos operacionais relacionados ao Serviço Militar Obrigatório.

De modo geral, os resultados indicam que as ferramentas de TIC podem otimizar cada vez mais o processo operacional, adequando-o às necessidades atuais de um público alvo que as emprega de forma natural. No entanto, novas pesquisas e estudos são necessários para explorar ainda mais o impacto dessas tecnologias em diferentes contextos e processos específicas.

## 6. CONCLUSÃO

Durante o trabalho realizado, investigou-se objetivamente o emprego das ferramentas de Tecnologia da Informação e Comunicações no Processo de Alistamento Militar Obrigatório, abordando uma gama de tópicos relevantes. Inicialmente, por meio de uma pesquisa bibliográfica, foi possível compreender a

evolução histórica do Serviço Militar do Brasil, desde os tempos coloniais, passando pelos governos militares, até os dias atuais, explorando-se sua importância para a construção e a manutenção da soberania nacional.

A discussão apresentada tratou sobre o papel desempenhado pelo grupo dos Jovens Turcos na promoção do Serviço Militar Obrigatório e como essa mobilização cívica contribuiu para a configuração do sistema atual. Além disso, foi examinada a relação da Força Expedicionária Brasileira com o Serviço Militar Obrigatório, destacando como essa experiência influenciou a estrutura e os procedimentos do Serviço Militar do País.

Por meio da análise dos resultados de pesquisa, confirmou-se que o emprego das ferramentas de Tecnologia da Informação e Comunicações não apenas agiliza os procedimentos administrativos, mas também contribui para a melhoria da tomada de decisões, aprimorando a mobilização de pessoal no âmbito da Força. A relevância da pesquisa alinha-se com as diretrizes estabelecidas pela Política e Estratégia Nacional de Defesa e reflete as Ordens do Comandante da Força Terrestre.

Em última análise, o estudo apresentado demonstra a importância crescente das TIC no contexto militar e ressalta como essas tecnologias desempenham um papel fundamental na eficiência e eficácia do Serviço Militar Obrigatório no Brasil, contribuindo para a defesa da soberania nacional e a manutenção da segurança da nação. À medida que as tecnologias continuam a evoluir, é imperativo que o Sistema de Serviço Militar acompanhe essas mudanças para atender às necessidades em constante transformação do país.

## REFERÊNCIAS

ALCHORNE, Sindely Chahim de Avellar; CELESTINO, Sabrina; SOARES, Liliane Freichos Godoy. **Forças armadas e serviço militar obrigatório: considerações sobre a gestão de uma política pública para a juventude no Brasil**. Rev. Silva, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 142-164, jul.-dez. 2019.

ALTER, S.: **Information Systems: a management perspective**. Addison-Wesley Publishing Co. Massachusetts, 1992.

Araraquara 24 horas. **Tiro de Guerra de Araraquara**. Disponível em: <https://www.araraquara24horas.com.br/2017/08/tiro-de-guerra-de-araraquara-completa.html> em 28 de maio de 2023.

BARCELLOS, Gabriel Amaral. **O serviço militar obrigatório como ferramenta para criação de uma mentalidade de Defesa Nacional na sociedade**. 2020.

BATISTA, Ana Laíse; SILVA, Antonio Henrique Lucena. A Importância das TICs na Logística de Defesa: estudo de caso sobre a Guerra do Golfo (1991). **Revista Brasileira de Estudos de Defesa**, v. 3, n. 2, 2016.

BENTO, Cláudio Moreira. Serviço Militar Obrigatório no Brasil. Sua implementação através do 1º Sorteio Militar. **A Defesa Nacional**, n. 729, p. 120-130, jan/fev. 1987. Disponível em: <http://www.ahimtb.org.br/SERVI%C3%87O%20MILITAR%20OBRIGAT%C3%93RIO%20NO%20BRASIL%202.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2018.

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1891**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao91.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm). Acesso em: 21 abr. 2018.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil (1988)**. 35. ed. Brasília, DF. Edições Câmara, 2012.

\_\_\_\_\_. **Decreto-lei 1.187 de 1939**. Dispõe sobre o Serviço Militar. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1187-4-abril-1939-349238-publicacaooriginal-72193-pe.html>. Acesso em: 21 abr. 2018.

\_\_\_\_\_. **Decreto-lei 7.343 de 1945**. Aprova novas disposições sobre o serviço militar e dá outras providências. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-7343-26-fevereiro-1945-416340-retificacao-61908-pe.html>. Acesso em: 21 abr. 2018.

\_\_\_\_\_. **Decreto-Lei 4375 de 1964**. Lei do Serviço Militar. Disponível em [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l4375.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4375.htm). Acesso em 06set2023.

\_\_\_\_\_. **Decreto-lei 57.654** de 20 de janeiro de 1966. Regulamenta a lei do Serviço Militar (Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964), retificada pela Lei nº 4.754, de 18 de agosto de 1965. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d57654.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d57654.htm). Acesso em 06set2023.

\_\_\_\_\_. Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999. **Dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas.** <Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LCP/Lcp97.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp97.htm)>. Acesso em: 5 fev 2022.

\_\_\_\_\_. **Livro Branco de Defesa Nacional.** 2020.

\_\_\_\_\_. Ministério da Defesa. **Política Mobilização Nacional.** Brasília, DF, 2020.

\_\_\_\_\_. Ministério da Defesa. **Política Nacional de Defesa.** Brasília, DF, 2016.

\_\_\_\_\_. Evolução histórica do Serviço Militar. **Centro de Comunicação Social do Exército.** Revista Verde Oliva Ano XLIII nº 234. Brasília, DF, 2016.

\_\_\_\_\_. Exército Brasileiro. Manual de Campanha. EB70-MC-10.307 **Planejamento e Emprego da Inteligência Militar.** Brasília, DF, 2016.

\_\_\_\_\_. Exército Brasileiro. **Plano Estratégico do Exército.** Disponível em: [https://www.eb.mil.br/oexercito?p\\_p\\_id=101&p\\_p\\_lifecycle=0&p\\_p\\_state=maximized&p\\_p\\_mode=view&\\_101\\_struts\\_action=%2Fasset\\_publisher%2Fview\\_content&\\_101\\_assetEntryId=12613928&\\_101\\_type=document&inheritRedirect=false](https://www.eb.mil.br/oexercito?p_p_id=101&p_p_lifecycle=0&p_p_state=maximized&p_p_mode=view&_101_struts_action=%2Fasset_publisher%2Fview_content&_101_assetEntryId=12613928&_101_type=document&inheritRedirect=false). Acesso em 06set2023.

\_\_\_\_\_. Olavo Bilac, Brasileiro, Poeta e Visionário. **Centro de Comunicação Social do Exército.** Revista Verde Oliva Ano XLIII nº 234. Brasília, DF, 2016.

BRICK, Eduardo Siqueira. **Base Logística de Defesa.** Conceituação, Composição e Dinâmica de Defesa. Universidade Federal Fluminense. Disponível em <https://defesa.uff.br/wp-content/uploads/sites/342/2020/11/Base-Logstica-de-Defesa.pdf> . Acesso em 06set2023.

CAMARGO, Angélica Ricci. **Companhias de Ordenanças.** MAPA, Arquivo Nacional. Memória da Administração Pública Brasileira, 2013.

CASTRO, Diego Armando Silva. **A mobilização do exército brasileiro e o envio de tropas para os fronts da 2ª Guerra Mundial.** 2017.

CARVALHO, Sandro Sacchet de. Mercado de Trabalho. In: **INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA.** Carta de conjuntura n. 31. Ipea: Brasília,

2016. p.31-42. Disponível em:  
[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/170324\\_carta\\_de\\_conjuntura\\_31.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/170324_carta_de_conjuntura_31.pdf). Acesso em: 21 abr. 2018.

Departamento de Pesquisa e Pós-graduação (Exército). **Manual de Elaboração de Projetos de Pesquisa na ECEME**. Rio de Janeiro: ECEME, 2012.

Diretoria do Serviço Militar, 2023. **Serviço Militar**. Disponível em <http://dsm.dgp.eb.mil.br/index.php/pt/> Acesso em 06set2023.

\_\_\_\_\_. **Histórico da DSM** disponível em < <http://dsm.dgp.eb.mil.br/index.php/pt/o-servico-militar/57-diretoria-de-servico-militar/74-historico-da-dsm> > Acesso em 06set2023.

DUARTE, Érico Esteves. **Conduta da Guerra na Era Digital e suas Implicações para o Brasil: Uma Análise de Conceitos, Políticas e Práticas de Defesa**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA. Brasília : Rio de Janeiro, 2012.

Eblog, 2023. **Blog do Exército Brasileiro**. Disponível em <https://eblog.eb.mil.br/> Acesso em 06set2023.

Exército Brasileiro, 2023. **Exército Brasileiro**. Disponível em <https://www.eb.mil.br/> Acesso em 06set2023.

FERREIRA, Oliveros S. **Forças Armadas para quê?** E-books Brasil, 2004.

FILHO, Paulo Roberto da Silva Gomes. A resiliência em um mundo precipitado, superficial, imediatista e conturbado. **EBlog**, 2023.

FOX, Liam. **Defence Logistics Challenges. Defence ViewPoints**. Reino Unido. 2008. Disponível em: < <http://www.defenceviewpoints.co.uk/defence-industry/defence-logistics-challenges> >. Acesso em: 27 de junho de 2023.

FRIEDE, Reis. A tragédia anunciada de Taiwan. **A Defesa Nacional**, v. 849, 2022.

HENDERSON, J.C. & VENKATRAMAN, N.: **“Strategic Alignment: Leveraging Information Technology For Transforming Organizations”**. IBM Systems Journal. v.32, n.1, p.4-16, 1993.

JUNDIAÍ AGORA. **Serviço Militar**. Disponível em <https://jundiagora.com.br/os-joovens-turcos/%3E>. Acesso em 06set2023.

KEEN, P.G.W.: **Information Technology And The Management Theory: The Fusion Map**. IBM Systems Journal, v.32, n.1, p.17-38, 1993.

KRESS, Mosh. **Operational Logistics**. The Art and Science of Sustaining Military Operations. (PDF). Springer Science+Business Media, New York 2002.

KUHLMANN, Roberto Loyolla. Serviço Militar Obrigatório no Brasil—continuidade ou mudança? Washington. **Center for Hemispheric Defense Studies**, p. 3-4, 2001.

LAURINDO, Fernando José Barbin et al. O papel da tecnologia da informação (TI) na estratégia das organizações. **Gestão & Produção**, v. 8, p. 160-179, 2001.

LEAL, José Alberto. Serviço militar obrigatório: a alternativa adequada. **Coleção Meira Mattos: revista das ciências militares**, n. 17, 2008.

LUFTMAN, J.N.: **Applying the Strategic Alignment Model**. In: LUFTMAN, J.N. (ed.) *Competing in the Information Age – Strategic Alignment in Practice*. New York. Oxford University Press.p.43-69, 1996

Memorial da Democracia. **Democracia**. Disponível em <http://memorialdademocracia.com.br>. Acesso em 06set2023.

NARCISO, Raimundo. O serviço militar e a cidadania. **Nação e Defesa**, 1999.

NUNES, Paulo Fernando Viegas. **Impacto das Novas Tecnologias no Meio Militar: A Guerra de Informação**. 2000. Congresso Internacional da Imprensa Militar, realizado em Lisboa de 13 a 16 de setembro de 1999. Disponível em: < <http://www.airpower.maxwell.af.mil/apjinternational/apj-p/2000/2tri00/nunes.htm> >. Acesso em 06maio2023.



NUNES, Richard Fernandez. O Mundo PSIC e a Ética Militar. **EBlog**, 2023.

Revista Superinteressante. **Por que os soldados brasileiros enviados para a 2ª Guerra Mundial eram chamados de pracinhas?** Disponível em: <https://super.abril.com.br/coluna/oraculo/por-que-os-soldados-brasileiros-enviados-para-a-2-guerra-mundial-eram-chamados-de-pracinhas>. Acesso em 06set2023.

REZENDE, Denis Alcides. Evolução da tecnologia da informação nos últimos 45 anos. **Revista FAE Business**, v. 4, p. 42-46, 2002.

SANT'ANNA, Ricardo César Gonçalves. **Introdução às Tecnologias da Informação e Comunicação**. Brasília, DF, 2018.

WEIL, P.: “**The Relationship Between Investment In Information Technology And Firm Performance: A Study Of The Valve Manufacturing Sector**”. Information Systems Research, v.3, n.4, p.307-333, Dec. 1992.

WIKIPÉDIA. **Lei do Sorteio Militar**. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Lei\\_do\\_Sorteio#/media/Ficheiro:Sorteio\\_militar\\_2.jpg](https://pt.wikipedia.org/wiki/Lei_do_Sorteio#/media/Ficheiro:Sorteio_militar_2.jpg) Acesso em 06set2023.

YOHO, Keenan D.; RIETJENS, Sebastiaan; TATHAM, Peter. **Defence logistics: an important research Field in need of researchers**. 2013. International Journal of Physical Distribution & Logistics Management, Vol. 43 Iss 2, pp. 80 – 96. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1108/IJPDLM-03-2012-0079> >. Acesso em: 25 de junho de 2015.